
O Showrnalismo na Televisão Brasileira: Uma análise dos telejornais “Repórter Brasil” e “Jornal Nacional” no Caso Suzano¹

Larissa Gabriella Rodrigues Roque CAVALCANTI²

Nataly de Queiroz LIMA³

Centro Universitário Maurício de Nassau, Recife, PE

Resumo

Este artigo tem como objetivo, a pesquisa do percurso histórico do showrnalismo, termo usado por José Arbex Júnior para definir o jornalismo sensacionalista, até a chegada do fenômeno aos telenoticiários, e o estudo de caso sobre o massacre em Suzano, ocorrido em 13 de março de 2019, com a análise da cobertura jornalística dos telejornais "Repórter Brasil" da TV Brasil e "Jornal Nacional" da TV Globo.

Palavras-chave

Showrnalismo; Caso Suzano; Telejornais; Repórter Brasil; Jornal Nacional.

Introdução

O “Showrnalismo”, termo utilizado por José Arbex Jr em seu livro “Showrnalismo: A notícia como espetáculo”, tem sido utilizado de maneira recorrente pelas emissoras de televisão, pois o fenômeno atrai facilmente o telespectador pelo fato de a notícia ser transformada em uma novela da vida real, no qual o repórter se torna o narrador e o entrevistado, o personagem principal da notícia, apelando para a emoção do público e fidelizando-o a um determinado telejornal.

No Brasil, esse fenômeno surgiu no século XIX, com a publicação dos fait divers (notícias de cunho extraordinário) nos jornais impressos, que estavam testando a veiculação da informação que diverte por causa do público-leitor, que na época era crescente. Jornais como o “Correio da Manhã”, “Jornal do Brasil” e os impressos paulistas

¹ Trabalho apresentado no GP– **Telejornalismo**, XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Larissa Gabriella Rodrigues Roque Cavalcanti é estudante de Jornalismo do Centro Universitário Maurício de Nassau. E-mail: Larissagabriellaroque@gmail.com

³ Nataly de Queiroz Lima é doutora em Comunicação e professora orientadora do Centro Universitário Maurício de Nassau. E-mail: Queiroz.nataly@gmail.com

“O Estado de São Paulo” e “A Gazeta” já utilizavam esta prática, mas o primeiro jornal impresso totalmente sensacionalista é o periódico “O Repórter”, publicado em 1879.

No telejornalismo, o showrnalismo teve o seu espaço em 1991 com o programa “Aqui e Agora”, programa jornalístico exibido pelo SBT que objetivava conquistar a audiência das classes C,D e E, o programa era em sua essência sensacionalista e o foco estava em exibir reportagens policiais, assassinatos e manchetes escandalosas. Um dos muitos casos em que o programa realizou cobertura jornalística, foi o massacre do Carandiru, quando houve uma briga de detentos no pavilhão 9, durante uma partida de futebol dos presos da Casa de Detenção de São Paulo, o coronel Ubiratan Guimarães liderou uma intervenção militar com a justificativa de controlar a rebelião, mas o fato resultou na morte de 111 detentos.

Enquanto o programa esteve no ar, a estratégia do fenômeno foi empregada com sucesso, pois a emissora conseguiu crescer em audiência, mas com o tempo, o telespectador se cansou das abordagens fatídicas do programa e o SBT teve de retirar o telenoticiário de sua grade de programação, no final de 1997. Além de sensacionalistas, telejornais de cunho “showrnalístico” possuem em geral, maiores índices de audiência, aumentando o faturamento das emissoras nos intervalos comerciais, mas pouco se sabe que esses telejornais ferem o código de ética do jornalista brasileiro.

O artigo tem, portanto, como objetivo, analisar a cobertura do Caso Suzano pelos telejornais “Repórter Brasil” da TV Brasil e “Jornal Nacional” da TV Globo. Mais especificamente, se busca identificar, como os elementos textuais e não-textuais empregados para noticiar o caso, assim como estudar o enquadramento noticioso utilizado, a fim de evidenciar se houve sensacionalismo na cobertura.

O massacre de Suzano, aconteceu no dia 13 de março deste ano, na Escola Raul Brasil, na cidade de mesmo nome, na região metropolitana de São Paulo. Por volta das 9h40min dois rapazes encapuzados entraram no colégio e efetuaram vários disparos, o que resultou na morte de dez pessoas, entre elas, funcionários, alunos e os próprios atiradores, além disso houve vários feridos. A tragédia gerou comoção nacional e também discussões sobre a segurança nas escolas públicas de São Paulo.

No decorrer do artigo, os critérios utilizados para a análise dos telejornais, foram: a localização da matéria no noticiário e a inserção no espelho do programa, enquadramento temático, e fontes consultadas.

Para localizar a matéria, iremos conferir se o Caso Suzano foi abordado durante a escalada e se as reportagens estavam no primeiro bloco, para o enquadramento temático, iremos analisar se as reportagens foram classificadas em enquadramento episódico, temático ou estratégico, quanto às fontes consultadas, iremos observar se elas são oficiais ou testemunhas, e além disso quais fontes obtiveram maior espaço de fala. Mas antes de analisar o Caso Suzano, vamos nos deter nas fases do jornalismo.

O jornalismo: do campo político ao campo mercadológico

A luta pela conquista da liberdade de imprensa iniciou-se quando o poder absoluto, que dominava a maioria dos países, instalou a censura. Como resposta a essa imposição dos governos, John Milton publica o manifesto *Areopagítica*, no século XVII, no qual afirmava “Entre o que é a verdade e o que é falso, a verdade irá sair triunfante”. Nesta mesma época, mudanças importantes aconteceram, como por exemplo, a Reforma Protestante, a ascensão da burguesia, que destituiu a sociedade autocrática e o seu monopólio político, como também se elevaram no conceito de “esfera pública”, termo de Jurgen Habermas (HABERMAS apud TRAQUINA, 2005), com os cafés na Inglaterra no século XVIII.

Neste mesmo século, Charles Louis de Secondet, o Barão de Montesquieu, publicou “*The Spirit of Law*” em 1748, no qual alegava que a melhor forma de governar, era deixar cada cidadão ter sua própria riqueza e o poder com o mínimo constrangimento. Ele acreditava que a liberdade de expressão era fundamental e que a república seria a melhor forma de governo porque boas leis garantiriam o triunfo da justiça e da liberdade, mas por outro lado, reconhecia que a transformação nesse tipo de governo, causaria a ditadura da multidão, passando a reconhecer a importância da educação e da divisão do poder, escrevendo assim: “Se não se quiser abusar do poder, as coisas devem ser dispostas de modo a que o poder controle o poder”. (TRAQUINA, 2005, P.44).

Jean Jacques Rousseau escreveu em 1762, o livro “*O Contrato Social*”, dando origem ao termo “interesse público”, pois afirmava que “A informação pública leva à união da compreensão e da obediência no corpo social”. Com Jacques o termo “opinião pública” ganha conotação política, no início dos séculos XIX sendo referenciados pelos filósofos Bentham e Mills (TRAQUINA, 2005, p. 45). Contemporâneo de Jean, François – Marie Arouet de Voltaire, também contribuiu na construção dos valores apropriados

pelo jornalismo, propondo 3 conceitos fundamentais em sua obra de mais de 50 volumes: 1) o conceito de tolerância; 2) a autoridade da lei e por fim, 3) a importância da liberdade de opinião. Sobre este conceito ele afirmava: “Posso ser contra aquilo que tu dizes, mas bater-me-ei até à morte para que tu o possas dizer”. (VOLTAIRE Apud TRAQUINA, 2005, p.45).

O conceito de liberdade era visto com desconfiança pela imprensa. Naquela época, ela se resumia a jornais e propagandas políticas, sendo seus trabalhadores rotulados como demagogos, fanáticos ou escritores de terceira categoria, pelo motivo do governo ter caráter autoritário. O Boyle acredita que a atitude desse tipo de governo era um paradoxo, porque os jornalistas eram temidos como revolucionários perigosos e simultaneamente “desprezados como escritores de segunda categoria que não representavam ninguém” (O’BOYLE apud TRAQUINA, 2005, p. 46). Com a instalação da democracia, o conceito de “poder controla poder” ganha mais força e a imprensa foi denominada de “Quarto Poder”, seguindo o poder executivo, legislativo e judicial, pois acreditava-se que a mídia possuía uma necessidade de tranquilizar os ânimos, justificar o seu lugar na sociedade e dar cobertura a um negócio rentável. Encontrando a legitimidade nos intérpretes convincentes e influentes da teoria da opinião pública, que era origem da filosofia liberal do final dos séculos XVII e XVIII e nas teorias democráticas do século XIX. (TRAQUINA, 2005, p. 46-47).

O sistema econômico foi determinante na evolução do jornalismo ao tempo em que um certo tipo de imprensa emergiu à época da revolução industrial, ou seja, o jornalismo cresceu acompanhando a industrialização da sociedade e com o crescimento de uma nova forma de financiamento de jornais, a publicidade, pois antigamente, os jornais eram dependentes dos partidos políticos, que representavam a fonte de renda da circulação dos jornais. (BOYLE apud TRAQUINA, 2005, p.36).

Com o advento da publicidade, os periódicos puderam decretar a despolitização da imprensa, assim, os proprietários ficavam ainda mais poderosos para investir no jornalismo baseado em fatos. De acordo com (BOYLE apud TRAQUINA, 2005, p. 36):

Só uma sociedade economicamente avançada podia produzir uma imprensa que se auto-financiasse completamente a partir das vendas a um público leitor de massas e de anúncios pagos. Sem tal base econômica a imprensa ou não subsistia ou tinha que se apoiar em subsídios políticos.

Com a industrialização da notícia, tendo como símbolo as agências de notícias e as cadeias jornalísticas, o jornalismo é reformulado e passa a exigir a profissionalização de seus trabalhadores, introduzindo o jornalismo nas universidades e estudando a tecnicidade da notícia. A partir disto, os valores do jornalismo se tornam mais consolidados e simultaneamente são influenciados por ideologias políticas, como o neoliberalismo (mercado livre de ideias) contemporâneo que se relaciona com a fundamentação do acontecimento. Costalles (1966) afirma que o “acontecimento é substantivo”, mas também compreende que é uma transposição através dos sentidos e que o repórter está submetido a uma observação perceptiva e pouco objetiva, tendo como única solução teórica, ter cuidados técnicos: (...) a missão do repórter é captar a realidade objetiva com a maior amplitude e precisão possíveis, narrá-la com fidelidade, de tal forma que o leitor receba a mais cabal informação sobre o fato”. (MEDINA, 1978, p. 20).

A Espetacularização da Notícia

Com a expansão das cidades e o crescente número de leitores, a informação que diverte, surgida no século XIX, chamada de *Fait Divers*, começou a crescer em demanda e com o tempo, o leitor acompanha a notícia sem perceber que está se tornando uma espécie de “homem-robô”, fruto de uma sociedade em ritmo frenético, que é engolida pelo bombardeio da mídia.

O homem moderno – Ulisses contemporâneo, se quisermos empregar a metáfora de Jaymes Joyce – vaga pelas ruas da metrópole, herói anônimo que absorve e é absorvido pelas malhas e vias urbanas. Premido pelas circunstâncias da vida na cidade, bombardeado pela mídia, cada vez mais poderosa e abrangente, e entregue à sua própria solidão em meio à multidão, restringirá ao máximo a eclosão do acaso, na vã tentativa de preservar o controle sobre suas próprias ações e emoções (ARBEX JR, 2001, p. 61).

Guy Debord, em “A Sociedade do Espetáculo” (1986), alerta para o fato do homem ser o resultado das inúmeras imagens a que se expõe, perdendo o senso crítico do que recebe, acaba se identificando com as imagens e não compreende a sua existência e desejo, tornando-se alienado e deixando que um sistema fale por ele, no caso a mídia.

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo

em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhos apresenta. (DEBORD, 2003, p. 25).

A partir do que foi exposto pelos autores, podemos observar que a narrativa dos jornais impressos, que eram mais predominantes, sempre foi focada na alta distribuição e principalmente no lucro, o que nunca mudou, apenas acostumou os leitores a receberem as mesmas imagens, acostumando-os a não criticar o tipo de conteúdo a que recebiam, gerando alienação e sendo engolidos facilmente pela mídia, que com sua poderosa narrativa falava pelo público, impedindo-o de ser aquele que pode mostrar uma realidade.

Quando a espetacularização migrou para a televisão, apenas mudou de formato, pois a notícia espetacularizada ganhou imagens e sons, fazendo o telespectador ficar mais tempo em frente à tv, enquanto a narrativa dos telejornais o fisgava para conferir a próxima notícia.

Segundo Samira Moratti (2007), o espetáculo serve para mascarar uma realidade, pois os telejornais de cunho sensacionalista, introduzem na mente do telespectador moldes alienativos, incentivando o consumo de uma marca ou produto e desviando a atenção do telespectador em relação a notícia.

O espetáculo é criado para tentar realizar uma busca para mascarar a realidade do telespectador. São criados moldes alienativos e introduzidos no imaginário popular, incentivando a comercialização de um produto ou marca, além de desviar a atenção do telespectador da realidade. (FRAZÃO, 2007, p. 2).

Com isso, o telespectador parece vivenciar uma espécie de amnésia, na qual a notícia torna-se descartável. Isso porque o telenoticiário, ao querer alcançar objetivos econômicos ou políticos, interfere na produção da informação.

A televisão (...) não é mera “observadora” ou “repórter”: tem o poder de interferir nos acontecimentos. O telenoticiário diário adquiriu o estatuto de uma peça política, cuja lógica é determinada pelas relações de cada veículo da mídia com o sistema político, financeiro e econômico do país ou região em que se encontra (FRAZÃO apud ARBEX JR, 2001, p. 98).

Assim, segundo o autor, a televisão poderia contribuir para a influência do senso crítico do telespectador, pois o apresentador emite comentários prontos que não permitem uma reflexão posterior do público, fazendo-os acreditar que os fatos parecem uma novela. De acordo com Eugênio Bucci

O noticiário da atualidade constrói pequenas novelas diárias ou semanais cujos protagonistas são tipos da vida real absorvidos por uma narrativa que funciona como se fosse ficção. Programas jornalísticos na televisão desenvolvem-se como se fossem filmes – de ação, de suspense, de romance, de horror. (...) a sequência dramática do telejornalismo é precisamente melodramática, segue a estrutura das narrativas das telenovelas, que no público nacional o ato de ver televisão. É esse o estilo brasileiro pelo qual a imagem preside a notícia. (FRAZÃO *apud* BUCCI, 2000, p. 142-143).

A partir disto, podemos refletir que as emissoras são uma concessão pública, porém são usadas para fins privados. No capítulo 2, artigo 3º, do decreto de nº 52.795, de 31 de outubro de 1963), consta que:

Art. 3º Os serviços de radiodifusão têm finalidade educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativo e recreativo, e são considerados de interesse nacional, sendo permitida, apenas, a exploração comercial dos mesmos, na medida em que não prejudique esse interesse e aquela finalidade. (ANATEL, 1963).

Visto que a legislação dos meios de comunicação recomenda a utilização das emissoras para fins educativos, podemos observar que essa lei não está sendo cumprida. Isso revela, por um lado, a falta de incentivo à cultura por parte dos veículos emissores de televisão, fazendo com que a sociedade seja um reflexo do que é transmitido todos os dias. Por outro lado, demonstra a fragilidade dos mecanismos regulatórios dos meios de comunicação por parte do Estado.

O Código de ética do jornalista brasileiro reitera que todo cidadão tem direito a informação livre de interferências causadas pelos interesses das emissoras, que a divulgação da informação precisa e correta é um dever que todo veículo de comunicação deve cumprir e que o interesse da notícia é social e coletivo.

Art. 1º – O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2º – A divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade.

Art. 3º – A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo. (ABI, 2013)

Depois de entender um pouco sobre as fases do jornalismo, você confere um pouco sobre o Caso Suzano e a análise da cobertura jornalística sob a ótica dos telejornais “Repórter Brasil” e “Jornal Nacional”.

A cobertura do caso Suzano pelo JN e Repórter Brasil

O massacre em Suzano aconteceu no dia 13 de março de 2019, na Escola Raul Brasil, na cidade de mesmo nome, localizada na região metropolitana de São Paulo, quando a dupla de atiradores, Guilherme Tauci Monteiro, de 17 anos e Luiz Henrique de Castro, 25, entraram encapuzados na escola, por volta das 9h45min, efetuando vários disparos que resultaram na morte de 10 pessoas, entre elas, 5 alunos, 2 funcionárias, os atiradores e o tio de um deles, que foi morto antes da chegada deles à escola. Além disso 11 alunos ficaram feridos.

Segundo as investigações, há suspeitas de que os assassinos participavam de um fórum na *deep web* (internet considerada obscura, na qual pessoas anônimas incitam o ódio e a violência), intitulado de *Dogolachan*, ainda segundo o portal G1, os assassinos teriam escrito "Muito obrigado pelos conselhos e orientações ... esperamos não cometer esse ato em vão", dois dias antes do massacre. o Ministério Público de São Paulo também apura se membros do fórum incitaram os adolescentes a cometerem o massacre.

A partir do exposto, você vai compreender a visão da cobertura jornalística proposta pelos dois telejornais.

Critério 1: Localização da matéria no noticiário e inserção no espelho do programa

No dia 13 de março, o Repórter Brasil apresentou o massacre como o primeiro assunto da escalada e também apresentou 3 reportagens, sobre o caso Suzano durante o primeiro bloco, e no final dele houve um ao vivo sobre o posicionamento das autoridades sobre o massacre. Cada uma das reportagens, respectivamente, durou cerca de 2 minutos e 18 segundos, 1 minuto e 50 segundos, e 57 segundos. No segundo bloco o ao vivo sobre o massacre continua. O telejornal teve o tempo de duração em 29 minutos e 20 segundos.

Neste mesmo dia, o Jornal Nacional também apresentou o assunto do massacre como o primeiro assunto da escalada, no primeiro bloco, foram apresentadas 4 reportagens sobre o caso, além de um ao vivo transmitido de Suzano. No terceiro bloco,

o assunto volta a ser abordado com outro ao vivo do mesmo lugar. O telejornal teve o tempo de duração em 45 minutos e 24 segundos.

No dia 14 de março, o Repórter Brasil continuou a priorizar o massacre como o primeiro assunto da escalada, no primeiro bloco do telejornal, houve um ao vivo em Brasília sobre a viagem do presidente ao exterior, mas que dentro dele, a repórter abordou o pronunciamento do presidente sobre o massacre. No segundo bloco houve o segundo ao vivo, desta vez em frente ao hospital em que estavam sendo atendidos os alunos feridos, e foram informados os estados de saúde deles, em seguida é apresentada uma reportagem sobre o caso. Logo após volta o ao vivo do hospital e mais outra entrada ao vivo na Polícia Civil de São Paulo, para informar as primeiras informações sobre as investigações. O telejornal teve o tempo total de 29 minutos e 30 segundos.

O Jornal Nacional também priorizou o caso Suzano na escalada, no primeiro bloco exibiu três matérias sobre o assunto. O assunto volta a ser falado no quarto bloco, no qual foi feito um ao vivo direto de Suzano e em seguida foi exibida mais uma reportagem sobre o caso. O telejornal teve seu maior tempo de duração, tendo 53 minutos e 15 segundos.

No dia 15 de março, o RB ainda apresentou o caso Suzano na escalada, mas não era o primeiro assunto, somente no primeiro bloco foi exibida uma nota coberta, sem autoria da narração. Nos blocos seguintes, o assunto não foi mais abordado. O telejornal teve como tempo total de exibição, 27 minutos e 18 segundos.

O JN também manteve o caso Suzano na escalada e apenas no primeiro bloco, exibiu 2 matérias sobre o massacre, não noticiando o massacre nos blocos seguintes. O telejornal teve tempo total de 48 minutos e 48 segundos.

No dia 16 de março, o RB não falou sobre o caso na escalada e no primeiro bloco, apresentou apenas uma nota pelada, lida pelo apresentador, o assunto era a alta de duas das vítimas que foram feridas no massacre. O assunto não voltou a ser abordado nos blocos seguintes. O tempo total do telejornal foi de 29 minutos e 26 segundos.

O JN ainda se manteve com o caso Suzano na escalada, no primeiro bloco é exibida apenas uma reportagem, nos blocos seguintes, o massacre não é mais abordado. O tempo total do telejornal foi de 41 minutos e 15 segundos.

A partir do que foi exposto, observamos que o Repórter Brasil teve menor tempo de duração, por apresentar objetividade na cobertura do caso, ao contrário do Jornal Nacional, que teve maior tempo de duração e apresentou vários detalhes sobre o Caso Suzano.

Critério 2: Enquadramento temático

No dia 13 de março de 2019, data do início da cobertura do massacre em Suzano, notou-se que o telejornal Repórter Brasil retratou o caso Suzano em enquadramento episódico, pois as reportagens exibidas se detinham apenas em explicar ao telespectador como ocorreu o massacre, notou-se também que as autoridades competentes tiveram um maior espaço de fala, a maioria delas lamentou o ocorrido e se prontificaram em assistir as famílias das vítimas e instituir novas políticas de segurança nas escolas, para que massacres não voltem a acontecer.

Neste mesmo dia, o Jornal Nacional, apresentou uma transição nos enquadramentos, pois na primeira reportagem se deteve a contar a história do massacre e da segunda reportagem em diante, o telejornal apresentou enquadramento temático, pois o assunto foi aprofundado em vários assuntos, como: o desespero da família das vítimas, o estado de saúde dos alunos feridos e as primeiras informações sobre as investigações. Notou-se que as testemunhas obtiveram maior espaço de fala e as autoridades mantiveram o discurso de lamento pelo ocorrido e no engajamento para solucionar o caso e reforço na segurança das escolas públicas.

No dia 14 de março, o Repórter Brasil apresentou a transição do enquadramento temático, pois a reportagem exibida, retratou o velório e enterro das vítimas do massacre, mas durante as entrevistas com as autoridades competentes, notou-se que elas entram em enquadramento estratégico quando informam como querem pôr em prática o plano de segurança nas escolas públicas e a indenização às famílias das vítimas, com a condição de não processar o Estado de São Paulo. Desta vez, o espaço das testemunhas e das autoridades foi igualado. Já o JN, também apresentou o enquadramento temático, desdobrando o assunto do massacre em: velório e enterro das vítimas, como eram as vítimas do massacre e as investigações do massacre, mas durante o pronunciamento de João Dória, Governador de São Paulo, notou-se enquadramento estratégico quando

divulgou o valor da indenização às famílias das vítimas e a condição para recebê-las sem processar o Estado.

No dia 15 de março o RB apresentou o enquadramento apresentado enquadramento temático, pois informa que dois dos alunos feridos no massacre, receberam alta do hospital. Notou-se que a pauta do massacre começou a perder importância no telejornal, porque a notícia foi divulgada em formato de nota, narrada por um repórter que não foi creditado. O JN também permaneceu com o enquadramento temático, pois apresentou a reportagem sobre mais informações sobre as investigações do episódio e outra sobre a tentativa dos professores em proteger os alunos. Notou-se que a primeira reportagem trouxe a presença predominante das autoridades competentes, enquanto a segunda traz apenas os relatos das professoras que tentaram proteger seus alunos dos atiradores, observamos também que o episódio do massacre foi mais prolongado do que no RB.

No dia 16 de março, o RB apenas apresentou uma nota pelada sobre a alta de duas das vítimas feridas no massacre, enquadrando o assunto como temático, neste dia, notou-se que a notícia obteve um esgotamento natural pelo formato da informação. O JN por sua vez, permaneceu com o enquadramento temático, exibindo apenas uma reportagem sobre como será o retorno dos estudantes a Escola Raul Brasil, onde aconteceu o massacre. Percebemos também que a pauta foi prolongada, pela natureza do telejornal e por desejar atrair a audiência.

Critério 3: Fontes consultadas

No dia 13/03, o telejornal “Repórter Brasil” teve como fontes predominantes, autoridades competentes, envolvidas nas investigações, enquanto notou-se a pouca presença das testemunhas. Neste mesmo dia, notou-se que o Jornal Nacional deu mais voz às testemunhas do massacre, sendo maioria nas entrevistas, enquanto que as autoridades competentes, apesar de serem pouco entrevistadas, informaram de forma precisa, as primeiras informações sobre as investigações do massacre.

Em 14/03 no Repórter Brasil, notou-se que a repórter Priscila Kerche, que realizou a primeira reportagem sobre o massacre, estava ao vivo com a apresentadora para informar os telespectadores sobre o estado de saúde dos alunos feridos e em seguida chamou sua própria reportagem, em comparação aos entrevistados do dia 13/03, não

houve repetição deles. Além disso, houve dois ao vivos com duas repórteres em diferentes lugares, no caso, Vanessa Leda em Brasília para falar sobre o pronunciamento do presidente sobre o massacre e Vanessa Casalino, em São Paulo, para as informações sobre as investigações da polícia sobre o caso.

Já o Jornal Nacional, em relação ao dia 13/03 repetiu entrevistados como João Dória, governador de São Paulo, José Victor, aluno ferido no massacre e Igor Ribeiro, amigo de Claiton, uma das vítimas, notou-se também que, nesta mesma edição, repetiram-se apenas dois entrevistados: Gercialdo Melquíades de Oliveira, pai de Samuel Melquíades e Larissa Alves, amiga de Claiton, ambos, pessoas próximas às vítimas do massacre. Os repórteres, por sua vez, permaneceram os mesmos a cobrir o acontecimento, em relação ao dia anterior, foram eles: Alan Severiano, Márcio Gomes, César Galvão e Graziela Azevedo, com a exceção de Fabio Turci, que não participou do primeiro dia de cobertura.

No dia 15/03, o Repórter Brasil exibiu uma nota narrada sem créditos da autoria da narração. O Jornal Nacional, em relação ao dia 14/03, repetiu apenas 1 entrevistado: Rui Ferraz Fontes, delegado geral da Polícia de São Paulo, quanto aos repórteres, sempre foram os mesmos a cobrir o acontecimento, nesta edição notou-se a presença de: César Galvão e Fabio Turci.

Em 16/03, houve diferença de apresentadores no Repórter Brasil, pois durante os três primeiros dias o telejornal foi apresentado por Aline Bastos, e neste dia Marcelo Castilho apresentou o RB, quanto aos assuntos, houve apenas a nota pelada lida pelo apresentador, sobre a alta de dois alunos feridos que estavam internados. O Jornal Nacional, em relação ao dia 15/03 apresentou repetição em apenas 1 entrevistado: José Victor, aluno ferido no massacre, houve somente a presença do repórter César Galvão, pelo fato de que esta edição apresentou apenas uma reportagem sobre o caso Suzano. Excepcionalmente neste dia, os apresentadores Willian Bonner e Renata Vasconcelos, foram substituídos por Sandra Annenberg e Flávio Fachel.

Ao longo dos 4 dias de cobertura, podemos observar que o Repórter Brasil deu mais espaço de fala para as autoridades competentes, que geralmente eram fontes oficiais, ao contrário do Jornal Nacional que entrevistou na maioria das vezes, testemunhas do massacre.

Conclusão

Ao final deste estudo, conclui-se que os telejornais Repórter Brasil e Jornal Nacional apresentaram similaridades em relação a prioridade ao Caso Suzano, nos primeiros dias, ambos os telejornais mencionaram o massacre durante as escaladas, mas a única diferença entre eles é o fato de que o JN apresentou um maior número de reportagens. Nos últimos dias de cobertura, o RB demonstrava o esgotamento de pauta, de uma forma natural, emitindo apenas notas sobre o massacre, enquanto o JN prolongou a pauta, exibindo uma reportagem sobre o caso.

Observou-se também que os enquadramentos dos dois telejornais, ao longo dos primeiros dias de cobertura, se resumiram em episódicos, quando se detém a explicar como ocorreu o fato e a transição de temático e estratégico, que ocorrem quando há um aprofundamento do caso em vários assuntos e as primeiras informações para solucionar um problema, respectivamente.

Quanto às fontes consultadas, os telejornais apresentaram divergências, o RB durante a cobertura do massacre, apresentou em sua maioria, um maior número de entrevistas com autoridades competentes, enquanto o JN deu mais espaço para as entrevistas com as testemunhas do massacre. Quanto às autoridades competentes, os telejornais consultaram fontes oficiais, como João Dória, Governador de São Paulo e Rui Ferraz Fontes, delegado - geral da Polícia de São Paulo.

Observamos também que a natureza dos telejornais foi um fator determinante na natureza das coberturas. O RB apresentou uma cobertura de caráter informativo, enquanto o JN se deteve em assuntos como a personalidade das vítimas e também dos atiradores, a tentativa de proteção das professoras e o que eles farão após o retorno às aulas.

Quanto a análise de todos os aspectos apresentados, concluímos que o Jornal Nacional foi sensacionalista em sua cobertura sobre o Caso Suzano, pelo fato do prolongamento da pauta e da exibição do choro das pessoas que conviveram com as vítimas.

Referências

ANATEL. **Decreto nº 52.725**, de 31 de outubro de 1963, aprova regulamento dos serviços de Radiodifusão. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/legislacao/decretos/130-decreto-52795>. Acesso em: 14 nov. 2018

ARBEX, Jr, José **Showrnalismo**: A notícia como espetáculo, 2º ed, mar, 2002, pg.61

CHRISTOFOLETTI, Rogério, **Vitrine e Vidraça**, Crítica de mídia e Qualidade no Jornalismo, Labcom, 2010, pgs 56 - 61. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/christofoletti-vitrine-2010.pdf>. Acesso em: 10 abr. 19

DEBORD, Guy, **A Sociedade do Espetáculo**, 2003, pg 25. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 11 nov. 18.

FRAZÃO, Samira M, **O preço do Espetáculo**: A espetacularização da TV no Brasil, Revista Anagrama, edição 1, v. 1, ano 1, 2007, pg. 2. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35297/38017>. Acesso em: 11 nov. 2018.

G1, **Massacre em Suzano**: O que se sabe até agora. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-em-escola-em-suzano-o-que-se-sabe-ate-agora.ghtml>. Acesso em: 11 mai.2019

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: Jornalismo na sociedade urbana e industria. São Paulo: Summus, 1978, pg. 20

TRAQUINA, Nelson, **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são, Florianópolis, v1, 2. Ed, pg. 44